

Folha de S. Paulo

19/5/1985

Greves no campo

Neste fim de semana as negociações entre trabalhadores na agricultura de São Paulo (Fetaesp) e usineiros e fornecedores de cana (Faesp) revestem-se de especial relevo. Reunidos em assembléias, os sindicalistas da Fetaesp manifestaram, desde a última sexta-feira, suas disposição de greve.

O recurso à paralisação hoje define o comportamento de inúmeras categorias, com graus variados de organização e politização.

Seria difícil esperar que o trabalhador agrícola canavieira, permanecesse fora da onda que se propaga.

É inegável que o setor canavieiro tem sido um dos mais favorecidos pela política econômica e agrícola dos últimos anos, com elevados níveis de rentabilidade que permitem, em princípio, uma folga para a negociação e entendimento de algumas das reivindicações dos trabalhadores. Quanto à inovação tecnológica, que muitos supõem difundir-se mais lentamente no campo, o próprio Estado hoje auxilia a agroindústria canavieira, através de um programa nacional de levantamento aerofotogramétrico computadorizado, que coleta e sistematiza as informações referentes à área plantada e produtividade, condições climáticas e de solo. Em dezembro de 1984 realizou-se em São Paulo, sob o patrocínio da revista "Açúcar e Alcool" e da Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia, um seminário para discutir e apresentar inúmeros avanços no campo da informatização da agroindústria canavieira. Quanto às despesas com mão-de-obra, não são o item preponderante na composição dos custos de produção da cana-de-açúcar — em São Paulo podem variar entre 15% e 25%.

Por mais convincentes que sejam esses dados, certas reivindicações dos trabalhadores ultrapassam a própria capacidade empresarial de decisão, já que há exigências de cunho previdenciário cujo atendimento é competência do Poder Público; é o caso da percepção de salário-família pelos trabalhadores rurais. Quanto às diárias mínimas exigidas, certamente ainda há muito a ceder de ambos os lados, a julgar pelo diferencial entre o que se reivindica (Cr\$ 37,5 mil) e o que se concede (Cr\$ 17 mil).

Todos esses fatores ajudam a compreender a radicalidade com que os conflitos no campo agora reemergem, mas desaconselham-na. O intenso progresso da agroindústria canavieira, que não se fez acompanhar de melhorias tão rápidas no lado dos trabalhadores, torna ainda mais agudas tanto a reivindicação extremada quanto a reação precautória. Mas é justamente a amplitude da polarização que recomenda redobrado empenho nos entendimentos, em favor do equilíbrio, tanto no comportamento quanto nas exigências de ambas as partes. A amplitude do confronto cria condições explosivas, mas esse é também o momento que recomenda demonstrações de maturidade, sem que se repitam os acontecimentos violentos de Guariba. Nada justifica que movimentos reivindicatórios, naturais em qualquer sociedade democrática, desemboquem em mortes, piquetes violentos ou perseguição e intimidação de lideranças. Nem é admissível que os trabalhadores recorram à destruição física, por sugestão de provocadores ou não, pois a mobilização sindical não pode ter como objetivo a destruição da empresa ou fazenda, fonte do próprio emprego.

Se a greve é um instrumento de luta cujo direito não pode ser negado, é imprescindível que se preservem as condições de existência desse instrumento, que são a confiança na estabilidade institucional e a certeza de que a violência física será sempre descartada. Somente na medida em que tais requisitos sejam respeitados, por todas as partes, poderá vingar a hipótese

plausível, segundo a qual as perdas salariais e políticas dos últimos anos serão repostas aos poucos, e não com a precipitação pela qual foram impostas. A consciência da desigualdade não pode conduzir a reivindicações extremadas que, apelando muitas vezes para o aspecto emotivo, deixam de lado o próprio estímulo à politização que se supõe adviria da organização sindical, pois o exercício da cidadania exclui o recurso à violência. Mais do que nunca, é importante perceber que essa politização passa por inúmeros instrumentos reivindicatórios que não se esgotam na greve, mas, antes, devem anteceder-lá.

(Primeiro Caderno — Página 2)